



EDUCAÇÃO POPULAR NA ATUALIDADE: DA PEDAGOGIA PAULO FREIRE À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Luiz Gomes da Silva Filho¹
Rita de Cassia Cavalcanti Porto²

RESUMO

A Educação Popular é um campo dos estudos da educação com potencialidades latentes, é uma temática que permite análises históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, sem, contudo, esgotar seu potencial. Trabalhar a Educação Popular enquanto força motriz capaz de amalgamar experiências educacionais contemporâneas como a Educação do Campo e a Pedagogia Paulo Freire em um contexto de reinvenção é uma *práxis* significativa na luta por direitos humanos. Neste artigo, compreendem-se, de forma dinâmica, as transformações e reinvenções da Educação Popular, contudo, sem jamais desvinculá-la do viés que lhe atribuiu sentido e partido, ou seja, o campo das lutas populares, dos movimentos sociais e das classes oprimidas. Também não negligenciamos a autenticidade de sua pedagogia, a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (2011). Em síntese, este artigo busca dialogar sobre a atualidade da Educação Popular, seu legado e sua reinvenção.

Palavras-chave: Educação Popular, Pedagogia Paulo Freire, Educação do Campo

INICIANDO O DIÁLOGO

Este artigo é fruto das reflexões sintetizadas durante a confecção da nossa dissertação de mestrado, intitulada, “Educação do Campo e Pedagogia Paulo Freire na atualidade: um olhar sobre o currículo do Curso de Pedagogia da Terra da UFRN” (SILVA FILHO, 2014) apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação e auspício da Professora Doutora Rita de Cássia Cavalcanti Porto. A temática pesquisada se inseriu nos objetivos do Grupo de Pesquisa da Pedagogia Paulo Freire da Universidade Federal da Paraíba (GEPPF/UFPB) que busca dialogar sobre as contribuições da pedagogia freireana na contemporaneidade. Nesse artigo estamos atribuindo nova tintura à discussão, estamos alargando o debate para melhor dialogar com a perspectiva da Educação Popular. Aqui temos a oportunidade de situar a Pedagogia Paulo Freire e a Educação do Campo dentro de uma

¹Doutorando em Educação Pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Educação pela UFPB, Professor da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) Especialista em em Educação em Direitos Humanos - UFRN, Graduado em Pedagogia pela UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Pedagogia Paulo Freire - UFPB. E-mail: Luiz.gomes@ufersa.edu.br

² Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Educação (CE) e dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa da Pedagogia Paulo Freire. Pesquisadora da Rede Freireana de Pesquisadores. Diretoria da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (ANFOPE). E-mail: ritaccporto@gmail.com

discussão mais ampla e mais histórica inclusive, que é justamente a temática da Educação Popular no Brasil.

Entendemos que a contemporaneidade canaliza fenômenos sociais, históricos e políticos que merecem reflexão e pesquisa. A Educação Popular atravessa nossa historiografia e tem um legado vasto, ressignificado por várias experiências educacionais. O atual debate da Educação do Campo e o fortalecimento da Pedagogia Paulo Freire são exemplos eminentes das novas folhagens que a Educação Popular tem adquirido no Brasil, é, pois, em torno dessa temática que se fecunda a tessitura desse artesanato intelectual, sendo o objetivo principal deste trabalho, visualizar o legado e a reinvenção da Educação Popular na contemporaneidade.

Iniciamos, afirmando que os avanços no tocante a Educação do Campo são notórios. Porém, é fundamental perceber esse debate dentro de uma dimensão histórico-social, é preciso historicizar a temática. Não se pode correr o risco de esmaecer questões basilares que dizem respeito à gênese da Educação do Campo, sem necessariamente, iniciar da educação rural, que, muito embora seja o foco a ser tensionado, é também motivo do surgimento de outro paradigma educacional voltado para o campo. Freire (2011) nos ajuda nesta compreensão, afirmando que a vocação do homem é pela humanização e que a negação desta, resulta em afirmação. “Vocação negada, mas também afirmada na própria negação, vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade roubada” (p. 40).

Nesse mesmo sentido a proposta educativa de Paulo Freire, síntese do momento de efervescência das décadas de 1950 e 1960 e canalizada na sua Pedagogia do Oprimido, representa talvez a máxima entre organização social e educação. A proposta formativa de Freire é permeada por uma postura crítica, política e consciente, sobretudo diante de abordagens de formação que se apresentam fragmentadas, não envolventes e incapazes de captar as reais necessidades e preocupações dos sujeitos (SILVA FILHO, 2014). Essa perspectiva educativa, que hoje entendermos como de suma importância e contra hegemônica nos tempos da “pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005) e que para muitos representa uma possibilidade de diálogo com a educação dos movimentos sociais é também fruto da Educação Popular. Obviamente que os novos paradigmas ajudam a alargar e colorir aqueles já emergidos, mas sabidamente a primazia dos movimentos que os precedem deve sempre ser revisitada para melhor entendermos o debate atual. É justamente, desse modo, que procedemos para o entendimento das contribuições da Pedagogia Paulo Freire nos dias de hoje junto às práticas educativas.

Arroyo (2009) aponta para o descaso que a educação das populações marginalizadas esteve submetida historicamente, cuja finalidade, em muitos casos, não ultrapassou o ensino de técnicas de plantio e colheita no manuseio da terra, no campo e/ou, a dinâmica fabril nas cidades. Essa visão utilitarista e preconceituosa legitimou os baixos investimentos em educação, alargou a disparidade entre campo e cidade, as condições precárias das escolas, e o baixo investimento em formação dos professores do campo (ARAÚJO E SILVA, 2011). O ensino dos sujeitos do campo, por exemplo, foi/é marcado por uma condição humana assentada no pauperismo, ou seja, na precarização das condições de trabalho e na exploração e expropriação da mão-de-obra. De forma mais ampla, na negação dos direitos humanos fundamentais, como é a educação.



Para tanto, metodologicamente, pensamos numa perspectiva teórica que atenda aos interesses almejados e que perpassa a realidade social e concreta a qual estamos imersos, assim como as disputas inerentes ao tênue e conflitante tecido social. Desse modo, temos como metodologia, o materialismo histórico dialético e a práxis educativa de Paulo Freire, pois estas perspectivas vinculam as questões abordadas nesse estudo à dinâmica da realidade material dos sujeitos envolvidos, e, reflete a construção histórica dos fenômenos com destaque para as transformações sociais que esta construção enseja.

Optamos por não trabalhar com temas fechados, ou conceituações prontas, entendendo que a temática requer intersecção e laços, em detrimento de sessões e nós. Desse modo, nossa escrita transita pelos temas abordados buscando conhecer e reconhecer aproximações, relações, diálogos e raízes, com o objetivo final de encontrar na Pedagogia Paulo Freire a na Educação do Campo, frutos, plantados outrora pela Educação Popular.

EDUCAÇÃO POPULAR: LEGADO E REINVENÇÃO

Sabemos que para se aprofundar no estudo da Educação Popular é necessário percorrer trilhas e caminhos abertos no seio da América Latina, assim como da historiografia brasileira. Porém reconhecendo que muitas pesquisas e estudos já percorreram esta trilha, nos direcionamos, neste momento, as contribuições da Educação Popular às experiências educacionais do Brasil, a ênfase será destinada a Educação do Campo e a Pedagogia Paulo Freire, perspectivas abordadas em nosso trabalho de conclusão de mestrado. Assim, destacamos que não é nosso objetivo fazer um aprofundado resgate da história da Educação Popular no Brasil, ainda que reconheçamos grandemente a importância deste esforço.

Desde o movimento dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, já se falava em Educação Popular, porém o seu entendimento se limitava a universalização da escola (GÓES, 2002). Há, todavia, que se resgatar o momento da redistribuição do enfoque adotado no uso do termo educação popular, pois, o paradigma vigente, associado a uma vasta produção acadêmica, privilegiavam como foco do debate da Educação Popular, a sua característica messiânica, vinda dos governos para as camadas subalternas, nessa concepção, o termo popular, não detém o refinamento que permitiu seu atrelamento ao viés da conscientização, autonomia e autogestão. Tais características, adquiridas *a posteriori*, são contribuições dos movimentos sociais populares, dos grandes educadores políticos, como Paulo Freire, que é nosso maior exemplo (BRANDÃO, 1980).

Entendemos que a Educação Popular tem um vínculo embrionário com a Cultura Popular, esse adjetivo, “popular”, carrega consigo um caráter eminentemente voltado às classes trabalhadoras, são experiências forjadas em decorrência de situações adversas, condições concretas de exclusão e direitos tolhidos, são, portanto, experiências de resistência ativa (GIROUX, 1986). Por isso mesmo, a Educação Popular abrange fenômenos como a Educação de Jovens e Adultos, analfabetismo, miséria e vulnerabilidade social, movimentos sociais e outras categorias que merecem reflexão e posição crítica e consciente de educadores e sujeitos comprometidos com a condição humana coletiva.

Desse modo, o termo Educação Popular, detém um viés não elitista, não dominador, mas consciente e conscientizador, assim como nos expõe Ribeiro (2010):



Do mesmo modo que a expressão campo remete às lutas históricas do campesinato, educação popular carrega o sentido das organizações populares do campo e da cidade que, na sua caminhada histórica, participam, realizam e sistematizam experiências de educação popular. Estão compreendidas nessas experiências, entre outras, a criação do método Paulo Freire (Freire, 1979; Barreiro, 1980; Paludo, 2001) e a Educação do Campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2004), em que os movimentos camponeses desempenham papel central. (RIBEIRO, 2010, p. 43)

Por esse motivo situamos a Educação Popular como gênese da Educação do Campo e da Pedagogia Paulo Freire, não pela criação dessas experiências, mas por lhes ser alimento. Logo, Há uma indissociabilidade entre a Educação do Campo e o pensamento freireano, são, por conseguinte, pedagogias que se complementam e se materializam como legados reinventado da Educação Popular.

Segundo Araújo e Silva (2011), o processo educativo contido no bojo da Educação Popular busca apresentar o mundo ao sujeito a partir de suas múltiplas concepções e contradições. Do mesmo modo, “Como dizia Paulo Freire a conscientização precede a alfabetização, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Isso não significa restringir o conhecimento aos saberes da comunidade” (GADOTTI, 2014, p. 18). Sem dúvida, há, por parte da Educação Popular, o reconhecimento da legitimidade do saber popular, das praticas e experiências que o povo vem construindo historicamente. Esse paradigma pretende desmistificar fenômenos apresentados, desde longas datas, como naturais, que na verdade, têm raízes sociais, na desigualdade e na exploração. Busca ainda, combater o determinismo histórico, uma vez que a realidade é existencialmente mutável, e o homem responsável pelas suas variáveis.

A emergência do debate da Educação do Campo e da Pedagogia Paulo Freire são exemplos de experiências da reinvenção da Educação Popular. O avanço dos grupos de estudos, pesquisas, eventos e seminários em universidade, ONGs, sindicatos e outros espaços, são provas eminentes do caráter pedagógico que estas e outras experiências nos indicam.

Em um tempo em que a educação crítica, libertadora e preocupada com questões políticas, sociais e históricas tornou-se “alienígena”, caduca e “comunista”, de postura antiquada ou idealista, cabe um questionamento: faz sentido insistir na divulgação de ideias contra hegemônicas da Educação Popular, do pensamento de Paulo Freire e da Educação do Campo no atual mercado da pós-modernidade? Essa é uma pergunta que Nosela (2010) faz acerca do estudo de Gramsci na atualidade. Convém dizer que, a resposta à questão é positiva.

Por que afirmamos com veemência que sim? Vejamos o que Brandão (1984) nos mostra que Educação popular é um trabalho pedagógico de convergência entre educadores e movimentos populares. Isso significa dizer, em outras palavras, que, fazer educação popular é ter um compromisso ético e político com o povo, e, conseqüentemente, negar com vigor formas de segregação e negação de direitos. Desse modo, é importante situar a Educação Popular dentro de uma lógica de contraponto a todo o modelo neoliberal, que, como se sabe, tornou-se hegemônico na educação do século XXI.



Tanto a Pedagogia freireana como a Educação do Campo se coadunam como meios de resistência a um “capitalismo *lean and mean*” que, nas palavras de Dowbor³ está impelido pelas próprias regras de eficiência, e que, portanto, deixa pouco espaço para refletir sobre valores.

Dialogando acerca dos modelos globais de hegemonia, que extraem da sociedade todo o espírito cooperativo e solidário, Freire (2012) aponta a seguinte reflexão:

Uma economia que não se torna capaz de programar-se em função das necessidades do ser humano e que “convive” fria e indiferentemente com a miséria e a fome de milhões a quem tudo é negado, não merece meu respeito de educador mas, sobretudo, meu respeito de gente (p. 36).

É exatamente sobre a necessidade de revitalizar palavras como *valor*, *ética*, *cidadania*, *solidariedade*, *felicidade* e *humanização* que estamos discorrendo. O monopólio capitalista ressignificou todas essas palavras e lhes esvaziou seus sentidos, resumindo-os, basicamente ao poder de compra, o que Ball e Mainardes (2011) chamaram “democracia do consumo”. Entretanto, uma pedagogia que faça o caminho oposto a esse, que imprima sentido e identidade aos homens e mulheres, que lhes devolva o direito de optar e decidir (FREIRE, 2012) e que, forme o sujeito em sua plenitude, é o assento e o legado da Educação Popular.

O legado da Educação Popular é invejável. Deixou contribuições evidentes e concretas, com “As 40 horas de Angicos”, no Rio Grande do Norte, De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal, Movimento de Cultura Popular no Recife, Movimento de Educação de Base, o Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes, as Ligas Camponesas e a sindicalização rural na Paraíba, são exemplos de grandes experiências que foram realizadas com sucesso.

Na contemporaneidade, movimentos sociais do campo e da cidade, dos indígenas, dos negros e das mulheres, reinventam, dia após dia o legado da Educação Popular, reinventam, conseqüentemente formas de viver, de conviver, de aprender e ensinar, nos dizem explicitamente, não há uma *forma* para a socialização do conhecimento, mas que há *formas* diversas para tal, cada uma com sua legitimidade e sua atmosfera própria.

DO MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO

A Educação do Campo é hoje uma área em franco desenvolvimento, sobretudo no tocante as leis, pareceres e resoluções. Do mesmo modo, esse desenvolvimento também se materializa no aumento de pesquisas, dissertações e teses nas universidades. Em suma, isto tem uma importância significativa. Porém, sabemos que a Educação do Campo transborda para além desta perspectiva, conforme aponta Trindade (1998), mesmo que as ideias transformadoras sejam de grande relevância para a transformação do mundo, somente elas não bastam. Paulo Freire (2012) radicaliza, e afirma que:

³ Prefácio ao livro “À sombra desta mangueira” (Pág. 18)



Já deixo claro que nenhuma sociedade se livrará desses horrores por decreto nem tampouco porque um de seus sujeitos fundamentais, os dominantes, num gesto amoroso, regale uma nova forma de viver aos “condenados da terra”. A superação desses horrores implica decisão política, mobilização popular, organização, intervenção política, liderança lúcida, democrática, esperançosa, coerente, tolerante (p. 59).

A Educação Popular se apresenta como ferramenta, construída, e usada, pela própria classe trabalhadora. É uma voz autêntica, voz que educada, que ensina, que diz que as grandes mudanças dependem, fundamentalmente, da organização coletiva. Esse paradigma é comungado pelo atual debate da Educação do Campo, que por sua vez está diretamente ligada à realidade que lhe produziu, ou seja, a necessidade e a luta por direitos historicamente negados. Esse paradigma educacional tem como gênese a resistência da Educação Popular, forjada, sobretudo, nos movimentos sociais camponeses (CARLDART, *ET al.*, 2012.)

É importante destacar que a Educação Popular da qual estamos tratando não é aquela de caráter elitista pensada por intelectuais academicistas e destinada ao povo, mas uma concepção revolucionária que toma vulto na primeira metade dos anos 1960 e assume outra significação. Nesse ponto é importante destacar que estamos tratando de educação em seu mais amplo significado, tratando, sobretudo, das experiências de educação não formal, vivenciada nos sindicatos, movimentos sociais, comunidades eclesiais, entre outros espaços educativos.

A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticada como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente (SAVIANI, 2008).

Nesse mesmo sentido, Brandão (2009) afirma que a Educação Popular tem como essência a resistência e a oposição ao *status quo* social. Não é uma formulação academicista (RIBEIRO, 2010), mas antes, uma produção de uma “pedagogia em movimento” como afirmou Arroyo (2003).

Desse modo, visualizamos na Educação do Campo, um forte vínculo herdado do paradigma educacional da Educação Popular. Do mesmo modo, todos e todas que hoje reinventam a Pedagogia freireana, ou com ela dialogam, entendem que sua gênese está contida em grande parte nos princípios da Educação Popular.

Nesse campo de discussão é imprescindível a compreensão dos movimentos sociais do campo como um fenômeno que atravessa e que amálgama essas experiências educativas, ou seja, não podemos falar em Educação popular ou em Educação do Campo, sem tratar dos movimentos sociais. Fazer essa reflexão histórica deixando esses movimentos populares à margem, representa uma grande contradição metodológica, e, sobretudo pedagógica (SILVA FILHO, 2014).

Os movimentos sociais nos convidam a refletir sobre a necessidade de resgate da condição humana, a naturalização de questões sociais, a privação dos bens materiais essenciais para a vida, a exclusão dos sujeitos do direito ao conhecimento construído e modificado historicamente pelo homem, entre outros. Os movimentos sociais do campo questionam o desenraizamento, a pobreza material e espiritual, a brutalidade das

relações de poder. Dentre todo esse processo, nos convidam a nos ocuparmos de pensar, sobretudo, acerca da desumanização que nos assola.

A busca pelo resgate da relação trabalho/educação também se caracteriza como primazia na reconfiguração educativa que os movimentos sociais do campo têm empreendido na contemporaneidade. A luta pelo reconhecimento de outras formas de educação, realizadas em espaços não necessariamente escolares é ponto chave tanto na Educação do Campo como na Educação Popular como um todo.

Indubitavelmente essa luta e esse movimento são educativos, a relação entre sociedade e Governo, que antes resguardara uma distância significativa, a partir da década de 1980, como a efervescência social, passa a apresentar mudanças que dizem respeito a novas formas de compreensão dos direitos sociais. Compreendem-se, a partir da inserção do sujeito nas ações coletivas, que esses direitos são obrigações do Estado e não mais como dádivas generosas dos detentores do poder, e dos donos das gentes (FREIRE, 2011). Atualmente, percebemos o surgimento de diversas reflexões/ações acerca da importância e do sentido pedagógico dos movimentos sociais do campo. Esse fenômeno representa sentido contra hegemônica, ou em outras palavras, força motriz capaz de fazer andar, ainda que em doses homeopáticas, a maquinaria estatal.

Desse modo, percebemos a partir do nosso trabalho de dissertação, que o movimento camponês é uma categoria que, assim como a Educação Popular, a Educação do Campo e a Pedagogia Paulo Freire, se cruzam e se intercalam entre si, formando uma pedagogia própria, autêntica, do povo, para o povo (SILVA FILHO, 2014). Essas práticas educativas, cujo caráter é eminentemente popular e progressista têm feito um importante contraponto ao modelo de desenvolvimento e de sociedade calcado na exploração do homem pelo homem e na sua eminente alienação intelectual e espiritual.

No contexto atual do capitalismo mundializado em que, apesar da crise estrutural, predomina a hegemonia do capital na produção econômica, social, política, e nas políticas de educação, a educação dos movimentos se afigura como instituinte orgânica de um projeto de sociedade e que tem como fim a formação humana, o sujeito histórico que constrói pela luta e resistência a emancipação social e dos seres humanos como um dever, como uma possibilidade de construir uma nova sociedade (BATISTA, 2009, p. 208).

A Educação do Campo faz um enfiamento singularmente necessário ao modelo neoliberal de educação que propaga abertamente o fim das alternativas, afirmando deliberadamente que não há opção fora do paradigma globalizado (BALL E MAINARDES, 2011). O movimento de educação do campo tem mostrado justamente o contrário, apontado para formas de valorização da cultura local, da ressignificação das identidades e das raízes, tem apresentado formas de vivência e convivência no espaço de trabalho, algo particularmente improvável aos olhos da economia global massificadora.

A proposta pedagógica da Educação do Campo encontra eco no seio da Educação Popular, cujo sentido se reinventa nos muitos exemplos e na diversidade de experiências de educação formal e não formal pelo Brasil. A Educação do Campo propõe-se a “reeducação da cultura política que vai pondo a educação e a escola popular



na fronteira do conjunto dos direitos humanos” (ARROYO, 2003, p. 30). Ou seja, a luta pela educação pública passa a ser compreendida dentro da luta pelos demais direitos sociais, como um direito humano, não mais como uma questão a parte. Nesse mesma direção, Porto e Dias (2013) reafirmam que:

A luta por Educação em Direitos Humanos, como parte da luta pela efetivação dos Direitos Humanos no Brasil, é fruto dos movimentos de resistência vinculados a projetos de libertação dos regimes ditatoriais na América Latina. Ela se estende dos clamores por direito de inclusão nas políticas dos anos de 1980, ao direito de ser diferente nos anos de 1990, bem como à urgência de implantação de políticas e registro nos documentos e legislações brasileiras que possam fortalecer uma cultura educacional *em e para* os Direitos Humanos (2013 p. 36-45).

O caráter educativo dessa pedagogia abre um novo leque de possibilidades para a compreensão dos fenômenos, mas também apresenta subsídios que permitem apontar para uma nova óptica e uma nova concepção de educação, concepção essa, diferenciada, inclusive, do modelo que se organiza em torno das necessidades do mercado e da mercadoria. É uma concepção de educação contra hegemônica fundada nos movimentos de resistências por direitos humanos.

Desse modo, percebemos em nosso estudo, que o paradigma contra hegemônico não é uma criação do imaginário de idealistas, mas é antes, uma possibilidade concreta, como afirma Gadotti (1996):

A educação popular e socialista não é uma ideia abstrata, nem uma utopia pedagógica. Ela se encontra em desenvolvimento entre nós, por exemplo, no próprio processo de resistência e de luta pela superação das desigualdades. Nesse momento histórico, no Brasil ela constitui-se um instrumento dessa luta (p. 268).

A necessidade em uma educação diferenciada, que assuma a classe oprimida como resultado de um processo histórico vai de encontro à educação pretendida pelas elites. Uma educação libertadora que consiga enxergar a realidade do sujeito como geradora de conteúdo, que entenda a situação de pobreza e miséria fora do determinismo religioso e que, sobretudo, aponte saídas e possibilidades de liberdade para o ser, é necessária e urgente. A escola tornou-se importante instrumento de difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, concomitantemente, um veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra hegemonia (NEVES, 2005), por isso a Educação do Campo, representa hoje, uma saída tão importante para todos que se posicionam contrário a coisificação do sujeito.

A contemporaneidade nos mostra que o discurso de negação do acesso à educação por parte do Estado já não se sustenta com tanto vigor. É preciso nesse momento, em que há um forte discurso sobre acesso e permanência, sobretudo de estudantes da classe trabalhadora, pensar a quem interessa essa educação, e retomar a clássica máxima de Freire: a serviço de que e de quem está tal educação? Tendo em vista o atual estado de vigência da pedagogia da hegemonia, Rossi (1980) afirma que quanto mais educação, nesse sentido [da hegemonia] tanto mais conformidade, isto é,

mais a sociedade permanecerá conforme o modelo vigente. Ou ainda mais claramente: quanto mais conformação e conformidade, tanto mais educação.

Assim, partindo do pressuposto que o paradigma da Educação do Campo bebe da herança da Educação Popular, e que ambas imbuem-se mutuamente, fica evidente que essa dialogicidade entre as concepções faz um tensionamento importante e necessário ao atual modelo que a sociedade adquiriu, sobretudo, a partir do advento neoliberal. Por fim, entendemos que a educação deve ser para todos e todas, é um direito humano fundamental. Mas que ela não cegue, mas liberte, não reduza a capacidade de pensar e agir do sujeito, mas sim que tenha a força necessária capaz de injetar ânimo e esperança no/na sem esperança, no camponês, na camponesa, no desempregado e na desempregada, na criança, no jovem e no idoso. O cerne dessa educação encontra-se na pedagogia freireana, nas práticas da Educação do Campo, no Movimento Sem Terra (MST) e em vários outros espaços que dialogam com a Educação Popular.

PEDAGOGIA PAULO FREIRE NA ATUALIDADE: REINVENTANDO A EDUCAÇÃO POPULAR

Como sabemos e a historiografia mostra, no Brasil, o período que compreende os anos 1950 e 1960 é identificado como populismo, período voltado à construção de um projeto de desenvolvimento econômico nacional (RIBEIRO, 2010). A economia brasileira ainda apresentava-se essencialmente agrária e produtora de matérias-primas. Politicamente, o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, a posse de Juscelino Kubitschek em 1956, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, e o Golpe Militar de 1964, proporcionaram um cenário de mudanças que caracterizam uma “sociedade em trânsito” (FREIRE, 1983), rica em movimentos sociais e organizações coletivas, como já externamos anteriormente, propiciando, desta forma, o fortalecimento das culturas criadas pelas classes trabalhadoras.

É nessa complexidade que a gênese do pensamento de Paulo Freire emerge. Freire capta de forma rica, o sentido emergente da Educação Popular e, desenvolve, a partir de então, uma contribuição ímpar à classe oprimida. Seu pensamento surge das contradições da sociedade brasileira, sociedade esta, governada por uma elite conservadora e detentora de privilégios, na qual o homem simples, domesticado e alienado é forçado a viver como objeto, esmagado e oprimido pela sombra da marginalização e da dependência (FREIRE, 2011).

Nesse momento histórico Paulo Freire identificou um modelo de ensino que servia justamente para a manutenção do estado de miséria e analfabetismo em que grande parte da população do campo e da cidade se encontrava. A esse ensino, Freire (2012) denominou de *educação bancária*. É um paradigma desinteressado com as questões referentes ao dia-a-dia dos sujeitos, seu trabalho, seus sonhos, em fim, sua vida prática.

A Pedagogia Paulo Freire, é fruto da Educação Popular, ao mesmo tempo, reinventa. Seus princípios confundem-se e materializam-se no respeito dos sujeitos simples, no “saber de experiência feito” (FREIRE, 1993) desses sujeitos, buscando entender a realidade como geradora de conteúdos, de currículo. Essa relação se evidencia de forma dialógica e dialeticamente.



Freire sempre afirmou que sua pedagogia devia ser reinventada (FREIRE, 2012), jamais transplantada de forma acrítica de uma realidade a outra. A Educação Popular emerge das situações de descaso e usura das elites frente aos homens e mulheres do campo e da cidade, sem terra, sem teto, sem trabalho, sem perspectiva. É daí que surge o caráter educativo das experiências contra hegemônicas. Os sujeitos da Educação Popular se caracterizam por suas “vivências totalizantes” (ARROYO, 2003) que é a imersão por completo do sujeito na organização coletiva, na resistência. Por isso mesmo os sujeitos são coletivos, mas também são sujeitos políticos, cognitivos, éticos, sociais, culturais, de presente, de passado e de futuro, ou seja, sujeitos situados e datados (FREIRE, 1983).

A educação dos movimentos sociais do campo e da cidade, assim como toda uma vasta produção que coloca o ensino como tarefa humana e humanizadora, que entende o sujeito como protagonista da sua história, que se indigna, e que se revolta frente ao atual estado de coisa e esvaziamento no qual a educação mergulhou, são características e formam o que chamamos Educação Popular, que, está no cerne do pensamento da pedagogia freireana.

Uma das mais eminentes experiências de Educação Popular e que projetou Freire nacionalmente, foi também, contraditoriamente, a mesma, que, com o advento da Ditadura Militar, o levou à prisão. Devido à *Experiência de Angicos*⁴, Freire foi considerado “ignorante e subversivo” pelo Regime Militar.

Segundo o livro organizado pelo Instituto Paulo Freire e Comissão de Anistia (2012), denominado “*Paulo Freire, anistiado político brasileiro*”, “Alguns de seus alunos também foram presos e passaram por outras dificuldades depois da experiência de Angicos (1963), considerada subversiva e, mais tarde, cancelada” (p.36). A denominação da experiência como subversiva, denota por um lado, o receio que a classe dirigente detém da conscientização do povo, e, por outro lado, a importância que a Educação Popular resguarda enquanto força motriz capaz de operacionalizar mudanças sociais radicais pela via da educação e politização.

O pensamento de Freire (1983) coaduna com os sentidos da Educação Popular quando afirma que toda separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. Assim, os graves problemas sociais que afligem a nossa sociedade são colocados no plano do materialismo, da realidade, da conjuntura histórica, sendo, portanto, passivos de serem superados, jamais mitificados.

Paulo Freire não se separa da política. Paulo Freire deve ser considerado também como um político. Esta é a dimensão mais importante de sua obra. Ele não pensa a realidade como um sociólogo que procura apenas entendê-la [...] Por isso ele pensa a educação ao mesmo tempo como ato político, como ato de conhecimento e como ato criador (GADOTTI, 1996, p. 70).

⁴ Angicos, Estado do Rio Grande do Norte em 1963, onde Paulo Freire desenvolveu seu “método” que alfabetizou trabalhadores rurais daquele município em um curto intervalo de tempo.



A Pedagogia Paulo Freire tem desempenhado função chave na (re) construção de uma proposta pedagógica assentada nos princípios da Educação Popular. As necessidades reais, as vivências e experiências práticas dos sujeitos históricos, que compõem a classe trabalhadora, é sempre o ponto de chegada desse paradigma educacional (SILVA FILHO, 2014).

Sabemos que a Pedagogia freireana tem feito, com maestria, o percurso da Educação Popular. Sabemos também que isso tem um sentido fundamentalmente histórico e de grande importância, não somente para os grupos de estudos ou universidades, mas, sobretudo, para manter viva a chama das grandes experiências educacionais que, partindo do povo, pelo povo e para o povo, tornaram-se fenômenos sociais que nos ensinaram que, antes da produção, antes dos números, antes da economia, vem o povo. Os dias de hoje, reclamam por mais humanismo, reclamam sentido e ressignificação dos valores e da sobrevivência humana. Entendemos, pois, que um dos caminhos possíveis para chegarmos ao “inédito viável”, às utopias tão necessárias hoje em dia, que são claramente princípios da Educação Popular, é, sem dúvida, o caminho da Pedagogia Paulo Freire.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para tecer algumas considerações finais, resgatando e ao mesmo tempo abrangendo o trabalho que elaboramos como dissertação de mestrado, entendemos que, a importância dos princípios da Educação Popular para os dias de hoje representam um clamor para todos e todas que defendem uma sociedade menos ingrata para com o sujeito simples. Sabemos que a sociedade brasileira, vem passando por processos de mudanças graduais, essas mudanças, em boa medida, decorrem, de um momento de crise representativa das nossas instituições, o que tem ocasionado grandes passeatas e protestos, como as jornadas de junho⁵ a título de exemplo. Isso nos expõe que a dinâmica social é outra, as estruturas hegemônicas também sofreram mutações, porém, as sociedades ainda convivem com as grandes desigualdades e graves atentados aos Direitos Humanos.

É importante destacar grandes mudanças que nos rodeiam e nos aproximam cada vez mais veloz. A internet nos mostra que a *Primavera Árabe* é só um exemplo de novas formas de mobilização social contemporânea. O privilégio histórico da classe dominante, em choque com a ascensão econômica, mas desprovida de capital cultural de uma grande parcela da população, externam preconceitos e chagas ainda hoje abertas em nossa sociedade, e recentemente explodidas nos chamados “rolerzinhos”, são evidências de que estamos imersos em uma nova realidade imbuída de tamanha complexidade que ainda não conseguimos refletir sobre tal.

As lutas da década de 1980, que reclamavam o desejo pela igualdade, se convertem em lutas pelo direito à diferença. Os movimentos *gays*, negros, de mulheres, estudantes, indígenas, do campo, das periferias, das águas, nos apontam para a necessidade de redefinição de conceitos, nos direcionam para o sentido urgente da palavra *diversidade*. Todas estas culturas reclamam seus espaços, reclamam a

⁵Jornadas de Junho foram mobilizações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, e com plataforma inicial de derrubada dos reajustes nas passagens de ônibus e implementação do passe livre.

valorização de suas formas de organização enquanto coletivos de identidade. Assim, reconhecer esta nova dinâmica social e, conviver respeitosamente com cada uma delas é a tarefa do dia, mas também do século XXI.

Em meio a toda essa complexidade, é salutar perguntarmos, como canalizar os sentidos, as formas de aprendizagens e ensinamentos desse novo momento? Como pensar uma educação que agregue toda esta diversidade de formas de pensar e agir? São questões que precisamos nos debruçar sobre os novos movimentos sociais e os direitos humanos. Entendemos, pois, que este é, justamente, o papel e a responsabilidade de cada educador e educadora comprometidos com as classes trabalhadoras, entendemos também que, mesmo imbuído de nova roupagem, estes grupos sociais são, na verdade, os herdeiros da Pedagogia do Oprimido, são, por conseguinte, os oprimidos da contemporaneidade que, como é de se esperar estão em movimento. Desse modo, a proposta educativa da Pedagogia Paulo Freire, aliada a atualização dos princípios da Educação Popular nos ajuda de forma categórica no diálogo com as “culturas rebeldes”. A Pedagogia Freireana prima pelo respeito e o diálogo com os sujeitos, entende que não há uma cultura, mas culturas. Que não existe saber maior ou menor, mas saberes diferentes.

Por fim, em meio a toda uma narrativa de inclusão e “tolerância” ao diferente, que muitas vezes soa fatidicamente como demagogia, percebemos que o pensamento de Paulo Freire, comporta, de forma singular, toda esta complexidade, pois não é fruto do modismo dos nossos dias, mas é uma pedagogia histórico-libertadora, gestada historicamente, no seio da Educação Popular, que tem como principal assento o sujeito oprimido, o respeito e o diálogo para com o próximo e, sobretudo o apreço a cultura dos direitos humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

ARAÚJO, Ismael Xavier; SILVA, Severino Bezerra. *Educação do Campo e a formação sociopolítica do educador*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARROYO, Miguel. *Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?* Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun. 2003.

ARROYO, Miguel; CARLDART, Roseli, Salete. MOLINA, Mônica, Castagna (Org.). *Por uma educação do campo*. 4 ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier (Org.). *Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e prática educativas*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALETEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *À sombra desta mangueira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos*. São Paulo: Moderna, Fundação Santillana, 2014.

_____. *Paulo Freire: Uma bibliografia*. São Paulo : Cortez, Brasília, 1996

GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução*. Trad. Ana Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

GÓES, Moacyr. *Educação Popular, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Paulo Freire e Movimentos Sociais contemporâneos*. In: ROSAS, Paulo. Paulo Freire: educação e transformação social. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

INSTITUTO PAULO FREIRE E COMISSÃO DE ANISTIA (org.). *Paulo Freire, anistiado político brasileiro*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Comissão de Anistia. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso*. Xamã, São Paulo, 2005.

NOSELA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2010.

PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti; DIAS, Adelaide Alves. *Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na educação básica e nos cursos superiores: da releitura crítico-libertadora à formação permanente dos educadores nos desenhos curriculares*. In: SALTO PARA O FUTURO: Educação com ênfase em Direitos Humanos, Ano xxiii - nº 24 – novembro, 2013. (pp. 36-45)

RIBEIRO, Marlene. *Movimento Camponês, Trabalho, Educação*. Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e educação: contribuições ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. São Paulo: Moraes, 1980.

SAVIANI, Dermerval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SILVA FILHO, Luiz Gomes. *Educação do campo e pedagogia Paulo Freire na atualidade: um olhar sobre o currículo do curso de Pedagogia da Terra da UFRN*. 2014, 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

TRINDADE, José Damiano de Lima. *Anotações sobre a história social dos direitos humanos*. In: Direitos Humanos. Construção da Liberdade e da Igualdade. Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, São Paulo, 1998, pp. 23-163.